

NÍVEL SUPERIOR

DATA: 7/3/2010

**CARGO 7: ESPECIALISTA
EM RECURSOS MINERAIS
AUDITORIA EXTERNA**



TARDE

TIPO A

INSTRUÇÕES

Confira seus dados pessoais constantes da sua folha de respostas e da sua folha de texto definitivo. Verifique também se o nome do cargo e o tipo de prova impressos neste caderno correspondem aos indicados na sua folha de respostas. Em seguida, verifique se este caderno contém **quarenta** questões, corretamente ordenadas de **1 a 40**, seguidas da **prova discursiva**. As provas objetivas são constituídas de questões com cinco opções (A, B, C, D e E) e **uma única resposta correta**.

Em caso de divergência de dados e/ou de defeito no caderno de provas, solicite providências ao fiscal de sala mais próximo.

Transcreva as respostas das questões para a sua folha de respostas, que é o **único documento válido** para a correção das provas e cujo preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o estabelecido no edital de abertura ou na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada, ou campo de marcação não preenchido integralmente. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento por parte do candidato.

Para a marcação na folha de respostas e o preenchimento da folha de texto definitivo, utilize somente caneta esferográfica de tinta **preta**. Não é permitido que a folha de respostas e a folha de texto definitivo sejam preenchidas por outra pessoa, ressalvados os casos de atendimento especial previamente deferidos.

É vedado amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura óptica.

A duração das provas é de **cinco horas**. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.

A desobediência a qualquer uma das determinações constantes dos editais do processo, do presente caderno ou da folha de respostas implicará a anulação das suas provas.

CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas, no endereço eletrônico www.movens.org.br , a partir das 17 horas	9/3/2010
Prazo para entrega de recursos contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas	10 e 11/3/2010
Data provável para divulgação do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva	7/4/2010



Utilize este espaço para rascunho.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 3.

- 1 O conceito de sustentabilidade vem sendo difundido cada vez mais no meio corporativo. Os números podem provar os investimentos e o empenho crescente das empresas em questões de ordem ambiental e social.
- 5 Entretanto, mesmo com uma melhor aceitação do conceito, atualmente, o desenvolvimento sustentável passa por um momento crucial. O desafio é trazer para esse contexto o maior número de empresas que ainda não absorveu as noções de sustentabilidade em seus processos de produção.
- 10 Conduzir os negócios atendendo às exigências da competitividade local e global, ao mesmo tempo contemplando conceitos de sustentabilidade, representa, hoje, um dos grandes desafios do setor empresarial que está comprometido com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. No campo da mineração no Brasil, por exemplo, não há como pensar o futuro desse segmento dissociado da noção de sustentabilidade ambiental e social.
- 15 As tendências apontam para o fato de que a empresa que não adequar seus conceitos e visões nesses campos estará fadada a deixar o mercado em médio e longo prazos.

Gestão Mineral em Destaque. In: Editorial do Boletim Informativo do Departamento Nacional de Produção Mineral – Ministério de Minas e Energia. Ano 2, n.º 21, dez./2006 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com relação às ideias apresentadas no texto, assinale a opção correta.

- (A) O fato de explorar, legalmente, recursos naturais isenta o setor de mineração brasileiro de promover adequações aos conceitos de sustentabilidade social e ambiental.
- (B) Infere-se do texto que a totalidade das empresas brasileiras está colocando em prática os conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.
- (C) Futuramente, as empresas que não estiverem comprometidas com as questões de sustentabilidade ambiental e social serão sérias candidatas a fecharem suas portas.
- (D) Conclui-se do segundo parágrafo que competitividade empresarial e lucro sempre andarão na contramão das questões ambientais e sociais.
- (E) Até hoje, o segmento que melhor absorveu a ideia de desenvolvimento sustentável foi o da mineração.

QUESTÃO 2

De acordo com os aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- (A) As palavras “exigências” e “negócios” não obedecem à mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) A substituição da palavra “crescente” (linha 3) por **crescientes** acarretaria erro de concordância nominal.
- (C) Os termos “sustentável” (linha 6) e “meio” (linha 2) são substantivo e adjetivo, respectivamente.
- (D) A substituição da palavra “fadada” (linha 22) por **predestinada** não causaria prejuízo de sentido ao texto.
- (E) A forma verbal “representa” (linha 13) tem como sujeito “conceitos de sustentabilidade” (linha 13).

QUESTÃO 3

Acerca da estrutura do texto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Não configuraria erro de pontuação caso a expressão “cada vez mais” (linha 2) estivesse entre vírgulas.
- II – As palavras “futuro” e “momento” são paroxítonas.
- III – Os termos “dissociado” (linha 18) e **separado** possuem o mesmo sentido.
- IV – A palavra “absorveu” (linha 8) possui dupla ortografia, admitindo-se também a forma **absolveu**.
- V – Não acarretaria prejuízo sintático caso a partícula “se” fosse inserida imediatamente após “não” (linha 17).

Estão certos apenas os itens

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

QUESTÃO 4



Internet: <http://images.google.com.br/>. Acesso em 28/1/2010.

O texto acima tem como ideia central a

- (A) plena consciência do homem de que sem saúde, sem alimento e sem dinheiro ninguém sobrevive.
- (B) sátira sobre a irracionalidade do homem ao poluir e ao degradar o meio ambiente em busca de dinheiro para garantir seu bem-estar.
- (C) correta e justa argumentação de que se torna imprescindível degradar o meio ambiente para se alcançar o progresso mundial.
- (D) preocupação do homem com a sujeira da água e a poluição do ar.
- (E) racionalidade do homem ao buscar o seu bem-estar.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 5 a 7.

1 Configura-se cada vez mais como objetivo prioritário a busca do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, estão inseridas as políticas e as diretrizes do governo federal, que foram implementadas pelo Ministério de Minas e Energia, visando ao uso crescente de fontes renováveis e limpas.

Em comparação aos demais países, o Brasil configura-se como um país com grande presença de combustíveis renováveis. No resto do mundo, a participação desses combustíveis é praticamente inexpressiva, e o que se observa é a supremacia do uso dos derivados de petróleo.

10 O Brasil dispõe de uma matriz diversificada, haja vista as alternativas que possui para produzir combustíveis de naturezas fóssil e renovável, constituindo um ambiente favorável para a introdução gradual do hidrogênio. Esse energético, se produzido a partir de insumos de natureza renovável, deixará o Brasil em sintonia com as iniciativas internacionais para a redução das emissões atmosféricas e a diminuição da dependência dos combustíveis fósseis.

José Lima de Andrade Neto. Internet: <http://www.mme.gov.br>.
(com adaptações).

QUESTÃO 5

De acordo com as ideias e os aspectos gramaticais do texto, assinale a opção correta.

- (A) O Ministério de Minas e Energia proibiu, no Brasil, a extração de combustíveis de natureza fóssil.
- (B) A causa do aquecimento global está relacionada ao uso de combustíveis renováveis.
- (C) Não haverá alteração de sentido caso se substitua “insumos” (linha 16) por **consumos**, já que ambas são homônimas.
- (D) O Brasil foi o primeiro país a reduzir as emissões atmosféricas e a dependência dos combustíveis fósseis.
- (E) O hidrogênio constitui-se em uma das apostas do governo brasileiro como fonte de energia.

QUESTÃO 6

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – A palavra “a” (linha 9) poderá receber o sinal indicativo de crase, já que, no contexto, o uso do acento grave é facultativo.
- II – O texto é narrativo/descritivo.
- III – A expressão “haja vista” (linha 12) não pode ser substituída por **haja visto** ou **hajam vistas**.
- IV – A expressão “Esse energético” (linhas 15 e 16) tem como referente “hidrogênio” (linha 15).
- V – A oração “que foram implementadas pelo Ministério de Minas e Energia” (linhas 4 e 5) é subordinada adverbial temporal.

A sequência correta é:

- (A) F, V, F, V, F.
- (B) V, F, V, F, V.
- (C) F, F, V, V, F.
- (D) F, F, F, V, V.
- (E) V, V, V, F, F.

QUESTÃO 7

Acerca da estrutura do texto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – A partícula “se” (linha 10) possui sentido condicional.
- II – No contexto, a expressão “visando ao” (linha 5) admite também a regência **visando pelo**.
- III – Caso fossem retiradas as vírgulas nas linhas 12 e 14 acarretaria erro gramatical.
- IV – Os termos “país” e “países” não são acentuados pela mesma regra.
- V – A palavra “supremacia” (linha 11) é um substantivo.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

QUESTÃO 8

Considere o exemplo de comunicação oficial abaixo, em que a lacuna substitui o nome do expediente.

____. 111/DECOM

Em 23 de fevereiro de 2010.

Ao Sr. Coordenador Administrativo

Assunto: **Concessão de linha telefônica e instalação de televisor LCD com canais por assinatura**

1. Com o objetivo de dar cumprimento ao que estabelece o Plano Geral de Comunicação Social-2010 desta instituição, solicito a Vossa Senhoria a concessão de mais uma linha telefônica, bem como a instalação de um televisor LCD com canais por assinatura no Departamento de Comunicação Social.
2. Recomendo-lhe ainda que, no ato da contratação dos canais por assinatura, seja observada, preferencialmente, a habilitação daqueles que veiculam notícias.

Atenciosamente,

Fulano de Tal

Assessor de Imprensa da Presidência

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, o exemplo de comunicação oficial acima é denominado:

- (A) **ofício**, modalidade de comunicação expedida a pessoas de mesma hierarquia.
- (B) **memorando**, modalidade de comunicação eminentemente interna entre unidades administrativas de um mesmo órgão.
- (C) **aviso**, modalidade de comunicação expedida a ocupantes de cargos hierárquicos inferiores.
- (D) **exposição de motivos**, expediente dirigido às chefias de departamento das empresas em geral.
- (E) **mensagem**, instrumento de comunicação oficial utilizado pelos servidores públicos para se dirigir às chefias.

QUESTÃO 9

Em relação à administração pública, assinale a opção correta.

- (A) A simples circunstância de o servidor público estar em estágio probatório é justificativa para sua demissão com fundamento em sua participação em movimento grevista por período superior a trinta dias.
- (B) Havendo a transferência de ofício de empregado da Caixa Econômica Federal lotado em Brasília para outra cidade, tem o cônjuge, servidor ocupante de cargo no Tribunal de Contas da União, direito líquido e certo de também ser removido, independentemente da existência de vagas.
- (C) Não cabe ao Poder Judiciário a análise da legalidade e constitucionalidade dos atos dos três poderes constitucionais.
- (D) Não há direito adquirido a regime jurídico-funcional pertinente à composição dos vencimentos ou à permanência do regime legal de reajuste de vantagem, ainda que eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente acarrete decesso de caráter pecuniário.
- (E) O governador de Estado não pode nomear seu irmão para exercer cargo de secretário estadual sob pena de violação da regra que veda o nepotismo.

QUESTÃO 10

Acerca do processo de licitações e dos serviços públicos, assinale a opção correta.

- (A) A alienação de imóveis da administração pública dependerá de autorização legislativa e de licitação na modalidade concorrência, inclusive nas hipóteses de doação em pagamento e investidura.
- (B) As compras para administração pública deverão indicar a adequada caracterização do seu objeto, sem necessidade, contudo, de demonstrar os recursos orçamentários para seu pagamento.
- (C) Ainda que o contrato realizado com a Administração Pública seja nulo por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade.
- (D) É inexigível a licitação quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (E) Respondem as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, cabendo concluir pela legitimação passiva concorrente do agente com o ente público para responder à eventual ação de ressarcimento.

QUESTÃO 11

Quanto aos institutos da autorização, permissão, desapropriação e servidão, assinale a opção correta.

- (A) A autorização de serviço público é ato vinculado e gera direito adquirido ao particular interessado após o ato de concessão por parte do poder público.
- (B) A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, sendo característica desse instituto a precariedade e a revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
- (C) A pesquisa e a lavra de jazidas minerais, assim como o porte de arma, ocorrerão por meio de permissão do poder concedente.
- (D) As servidões administrativas sempre são indenizáveis, ainda que não causem qualquer dano ou não impeçam o uso normal da propriedade pelo particular.
- (E) No ordenamento jurídico brasileiro, é vedado ao Poder Público Municipal desapropriar imóveis.

QUESTÃO 12

No que se refere à ordem econômica e financeira na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) As sociedades de economia mista e as empresas públicas que explorem atividade econômica em sentido estrito estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas públicas.
- (B) Após a Constituição Federal de 1988, é nula a contratação para a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público, exceto para as sociedades de economia mista.
- (C) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- (D) É lícito à fazenda pública efetuar a apreensão de mercadorias como forma de coerção ao pagamento de tributos.
- (E) Ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

QUESTÃO 13

No tocante à seguridade social e ao meio ambiente, assinale a opção correta.

- (A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto do presidente da República.
- (B) A sobrecarga imposta aos bancos comerciais e às entidades financeiras, no tocante à contribuição previdenciária sobre a folha de salários, não fere, à primeira vista, o princípio da isonomia tributária, ante a expressa previsão constitucional.
- (C) Condicionar a aprovação de licenciamento ambiental à prévia autorização da Assembleia Legislativa Estadual não implica indevida interferência do Poder Legislativo na atuação do Poder Executivo.
- (D) É ilegítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13.º salário.
- (E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 14

A respeito da organização do Estado e do sistema tributário nacional, assinale a opção correta.

- (A) Cabe aos estados explorar, mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (B) É vedado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, exceto em razão de sua procedência ou destino.
- (C) O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do IOF, assegurada a transferência de 70% do montante da arrecadação para o estado, o Distrito Federal ou o território, conforme a origem.
- (D) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 3% da receita do município.
- (E) Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

QUESTÃO 15

Acerca da Lei n.º 11.685/2008, assinale a opção correta.

- (A) As cooperativas de garimpeiros terão prioridade na obtenção da permissão de lavra garimpeira nas áreas nas quais estejam atuando, quando a ocupação tenha ocorrido em áreas requeridas, com prioridade, até a data de 20 de julho de 1989.
- (B) As jazidas cujo título minerário esteja em processo de baixa no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e que, comprovadamente, contenham, nos seus rejeitos, minerais garimpáveis que possam ser objeto de exploração garimpeira, não poderão ser tornadas disponíveis às cooperativas de garimpeiros.
- (C) É proibida ao garimpeiro a comercialização da sua produção diretamente com o consumidor final, ainda que comprove a titularidade da área de origem do minério extraído.
- (D) O garimpeiro que tenha contrato de parceria com o titular de direito minerário deverá comprovar a regularidade de sua atividade na área titulada mediante apresentação de cópias autenticadas do contrato e do respectivo título minerário, devidamente averbados no DNPM.
- (E) Os garimpeiros realizarão as atividades de extração de substâncias minerais garimpáveis mediante contrato de parceria, por instrumento público, sem necessidade de registro em cartório.

QUESTÃO 16

A respeito das Leis n.º 9.605/1998 e 9.055/1995, assinale a opção correta.

- (A) A conduta criminoso que consiste em causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, admite a modalidade culposa.
- (B) A simples conduta de pichar ou grafitar monumento urbano não é típica, sujeitando o infrator apenas ao pagamento de multa, a ser aplicada no âmbito administrativo e proporcional ao dano provocado.
- (C) Consideram-se fibras naturais e artificiais as comprovadamente benéficas à saúde humana.
- (D) É expressamente proibido o trabalho em locais onde os trabalhadores estejam expostos ao asbesto/amianto da variedade crisotila, não existindo, nesse caso, limites de tolerância.
- (E) O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve ser encerrado em quinze dias para o pagamento de multa, contados da data da infração.

QUESTÃO 17

Em relação às Leis n.º 8.176/1991, que define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis, e n.º 7.766/1989, que dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário, assinale a opção correta.

- (A) A base de cálculo do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, é o preço de aquisição do ouro, ainda que fora dos limites de variação da cotação vigente no mercado doméstico, no dia da venda.
- (B) A lei que define os crimes contra a ordem econômica possui caráter transitório com efeitos ultrativos.
- (C) O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, sendo certo que a alíquota desse imposto será de 1%.
- (D) O fato gerador do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, é a venda final do ouro, ativo financeiro, efetuada por instituição autorizada.
- (E) Os crimes contra a ordem econômica de que trata a Lei n.º 8.176/1991, quando praticados na modalidade culposa, terão suas penas reduzidas pela metade.

QUESTÃO 18

No que se refere à Lei n.º 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, tem por fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.
- (B) As ações de licenciamento, o registro, as autorizações, as concessões e as permissões relacionadas à fauna, à flora e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.
- (C) Compete à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República estabelecer, mediante proposta do Ibama, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos estados e supervisionado pelo Ibama.
- (D) Compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, homologar acordos visando a transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental.
- (E) Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

QUESTÃO 19

A respeito das disposições do Decreto-Lei n.º 227/1967 (Código de Minas), assinale a opção correta.

- (A) Estão sujeitos aos preceitos do Código de Minas os trabalhos de movimentação de terras e de desmonte de materiais *in natura* que se fizerem necessários à abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplenagem e de edificações, desde que não haja comercialização das terras e dos materiais resultantes dos referidos trabalhos e ficando o seu aproveitamento restrito à utilização na própria obra.
- (B) O regime de aproveitamento das substâncias minerais denominado monopolização será adotado quando, em virtude de lei especial, depender de execução direta ou indireta do governo federal.
- (C) O regime de aproveitamento das substâncias minerais denominado concessão será adotado quando depender de expedição de alvará de autorização do diretor-geral do DNPM.
- (D) Os edifícios, as construções, as máquinas, os aparelhos e os instrumentos destinados à mineração e ao beneficiamento do produto da lavra, desde que este seja realizado na área de concessão da mina, e os animais e veículos empregados no serviço não são considerados partes integrantes das minas.
- (E) Depende de concessão do governo federal o aproveitamento de minas manifestadas e registradas, as quais não estão sujeitas às condições estabelecidas no Código de Minas para lavra, tributação e fiscalização das minas concedidas.

QUESTÃO 20

Acerca do Decreto-Lei n.º 7.841/1945 (Código de Águas Minerais), assinale a opção correta.

- (A) A destruição ou a execução dos trabalhos em terrenos de outrem para proteção da fonte poderá ter início independentemente da prestação de caução, sendo certo que eventual compensação financeira ocorrerá após o início da exploração comercial da fonte.
- (B) Em cada fonte em exploração regular, além da determinação mensal da descarga e de certas propriedades físicas, será exigida a realização de análises químicas periódicas completas no mínimo de dez em dez anos, para verificação de sua composição.
- (C) Quanto à composição química, as águas minerais denominadas radíferas são aquelas que contêm, por litro, uma quantidade de compostos alcalinos equivalente, no mínimo, a 0,200g de bicarbonato de sódio.
- (D) Quando a ocupação de um terreno compreendido num perímetro de proteção privar o proprietário, que expressamente a autorizou, de seu uso por período superior a um mês, ou na hipótese de o terreno se tornar impróprio para o uso ao qual era destinado anteriormente, o seu proprietário não poderá exigir nenhuma espécie de indenização.
- (E) O aproveitamento comercial das fontes de águas minerais ou de mesa, quer situadas em terrenos de domínio público, quer do domínio particular, será feito pelo regime de autorizações sucessivas de pesquisa e lavra instituído pelo Código de Minas, observadas as disposições especiais do Código de Águas Minerais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

O objetivo da auditoria independente é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Para isso, o auditor emite sua opinião acerca da elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, o objetivo do auditor deve ser

- (A) atestar que as demonstrações contábeis não possuem distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro.
- (B) certificar que as demonstrações contábeis não possuem distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro.
- (C) descobrir as fraudes e os erros nos registros que dão suporte às transações evidenciadas nas demonstrações contábeis.
- (D) emitir um relatório circunstanciado à administração sobre eventuais acertos que devem ser feitos para adequar as demonstrações contábeis.
- (E) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro.

QUESTÃO 22

Os procedimentos da auditoria interna são constituídos por exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e suas recomendações à entidade. Considerando esses procedimentos, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Testes de observação
- II – Testes substantivos
- III – Inspeção
- IV – Observação
- V – Investigação e confirmação

- () Obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.
- () Acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução.
- () Obtenção de evidência quanto à suficiência, à exatidão e à validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
- () Verificação de registros, documentos e ativos tangíveis.
- () Obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e pelos administradores da entidade.

A sequência correta é:

- (A) I, V, II, IV, III.
- (B) III, II, IV, V, I.
- (C) III, V, I, IV, II.
- (D) V, II, I, III, IV.
- (E) V, IV, II, III, I.

QUESTÃO 23

Entende-se como independência o estado no qual as obrigações ou os interesses da entidade de auditoria são isentos dos interesses das entidades auditadas, para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade, com a emissão de relatórios imparciais. Assinale a opção que apresenta um serviço que NÃO caracteriza ameaça à independência.

- (A) Apoio em litígios, perícia judicial ou extrajudicial.
- (B) Assistência tributária, fiscal e parafiscal.
- (C) Avaliação de valores de ativos compatíveis com os registros contábeis.
- (D) Avaliação de empresas e reavaliação de ativos.
- (E) Consultoria de sistema de informação computadorizado.

QUESTÃO 24

O auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir a um nível aceitavelmente baixo o risco de auditoria, que é uma função do risco de distorção relevante – composto pelos riscos inerente e de controle – e do risco de detecção. A respeito desse tema, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Risco de auditoria
- II – Risco de distorção relevante
- III – Risco de detecção
- IV – Risco inerente
- V – Risco de controle

- () Risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- () Risco de que os procedimentos executados pelo auditor não capturem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.
- () Risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- () Suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.
- () Risco de que as demonstrações contábeis contenham divergências relevantes antes da auditoria.

A sequência correta é:

- (A) I, III, V, IV, II.
- (B) I, III, II, V, IV.
- (C) I, V, II, IV, III.
- (D) II, V, I, III, IV.
- (E) II, IV, V, I, III.

QUESTÃO 25

O ceticismo profissional, ao longo de toda a auditoria, inclui estar alerta, por exemplo, a condições que possam indicar possível fraude. O auditor pode aceitar registros e documentos como genuínos, a menos que tenha razão para crer no contrário. Contudo, exige-se que o auditor considere a confiabilidade das informações a serem usadas como evidências de auditoria.

Em casos de dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou de indicações de possível fraude, como, por exemplo, se condições identificadas durante a auditoria fizerem o auditor crer que um documento pode não ser autêntico ou que termos de documento podem ter sido falsificados, as normas de auditoria exigem que o auditor

- (A) considere a experiência passada de honestidade e integridade da administração da entidade e dos responsáveis pela governança.
- (B) considere a fraude como de responsabilidade da administração da entidade, tendo em vista a ocorrência do risco inerente.
- (C) emita um relatório/parecer de negativa de opinião.
- (D) faça investigações adicionais e determine que modificações ou adições aos procedimentos de auditoria são necessárias para solucionar o assunto.
- (E) suspenda os trabalhos de auditoria e represente às autoridades fiscais.

QUESTÃO 26

Algumas evidências são obtidas pela execução de procedimentos de auditoria para testar os registros contábeis, como análise e revisão, reexecução dos procedimentos seguidos no processo de elaboração das demonstrações contábeis e conciliação de tipos e aplicações relacionadas às mesmas informações.

No tocante aos procedimentos de auditoria e às suas respectivas definições, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção correta.

- I – Inspeção
- II – Observação
- III – Confirmação externa
- IV – Recálculo
- V – Reexecução

- () Verificação da exatidão matemática de documentos ou registros, que pode ser realizada manual ou eletronicamente.
- () Resposta de terceiro ao auditor, em forma escrita, eletrônica ou em outra mídia.
- () Exame do processo ou procedimento executado por outros, como o acompanhamento pelo auditor da contagem do estoque pelos empregados da entidade ou da execução de atividades de controle.
- () Execução independente, pelo auditor, de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.
- () Exame de registros ou documentos, internos ou externos, em forma de papel, em meio eletrônico ou em outras mídias, ou exame físico de um ativo.

A sequência correta é:

- (A) III, I, V, IV, II.
- (B) III, V, II, IV, I.
- (C) IV, III, II, V, I.
- (D) IV, I, III, II, V.
- (E) V, III, II, I, IV.

QUESTÃO 27

Os objetivos do auditor independente são formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, com base na avaliação das conclusões atingidas pela evidência de auditoria obtida, e expressar claramente essa opinião por meio de relatório/parecer de auditoria por escrito, que também descreve a base para a referida opinião.

Considerando a situação em que o auditor, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis, assinale a opção que apresenta a atitude correta a ser tomada.

- (A) Abster-se de emitir opinião.
- (B) Deixar o trabalho de auditoria.
- (C) Emitir uma opinião com ressalvas.
- (D) Emitir uma opinião sem ressalvas.
- (E) Emitir uma opinião adversa.

QUESTÃO 28

Basicamente, o relatório/parecer de auditoria deve conter: 1) parágrafo introdutório, que identifica as demonstrações contábeis auditadas; 2) descrição da responsabilidade da administração pela elaboração das demonstrações contábeis; 3) descrição da responsabilidade do auditor por expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis e o alcance da auditoria, que inclui referência às normas de auditoria brasileiras e internacionais; e 4) parágrafo da opinião, contendo posicionamento expresso quanto às demonstrações contábeis e referência à estrutura de relatório financeiro aplicável utilizada para elaborar as demonstrações contábeis (práticas contábeis adotadas no Brasil).

No entanto, as normas de auditoria preveem que, caso o auditor venha a expressar uma opinião com ressalvas, adversa, ou mesmo abstenha-se de opinar, além dos elementos específicos acima descritos, ele deve

- (A) providenciar que as informações constem dos papéis de trabalho, não do relatório/parecer de opinião do auditor, devido ao sigilo profissional.
- (B) descrever, no parágrafo introdutório, os motivos da não emissão de uma opinião sem ressalvas.
- (C) descrever, no parágrafo da opinião, as razões circunstanciadas da não emissão de uma opinião sem ressalvas.
- (D) incluir um parágrafo com a descrição do assunto antes do parágrafo de opinião, inclusive com a quantificação dos efeitos financeiros da distorção.
- (E) indicar, juntamente com a descrição da sua responsabilidade, os motivos da não emissão de uma opinião sem ressalvas.

QUESTÃO 29

Procedimentos analíticos são avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros, compreendendo, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados.

Assinale a opção que apresenta exemplos que NÃO correspondem a procedimentos analíticos, também conhecidos como de revisão analítica.

- (A) Informações comparáveis de períodos anteriores.
- (B) Informações de entidades do mesmo setor de atividade, como a comparação entre índices de vendas e contas a receber com as médias do setor ou com outras entidades de porte comparável do mesmo setor.
- (C) Resultados previstos pela entidade, tais como orçamentos ou previsões, ou expectativas do auditor, como por exemplo, uma estimativa de receitas.
- (D) Relações entre informações contábeis e informações não contábeis relevantes, como custos com folha de pagamento e número de empregados.
- (E) Teste de contagem física, verificando a quantidade de numerário em caixa.

QUESTÃO 30

Amostragem, em auditoria, é a aplicação de procedimentos em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite ao auditor concluir sobre toda a população. Quanto à amostragem aplicada à auditoria, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A amostragem de auditoria permite que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria em relação a algumas características dos itens selecionados, de modo a concluir, ou a ajudar a concluir, acerca da população da qual a amostra é retirada, e pode ser aplicada usando-se tanto a abordagem de amostragem não estatística quanto a estatística.
- (B) Em relação ao tamanho da amostra, que pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional, o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar não afeta o tamanho da amostra exigido quando utilizadas bases estatísticas.
- (C) Para testes de controles, o auditor, ao considerar as características de uma população, faz uma avaliação da taxa esperada de desvio, com base no seu entendimento sobre os controles relevantes ou no exame de pequena quantidade de itens da população, tendo por objetivo estabelecer a amostra de auditoria e determinar o tamanho dessa amostra, sendo que, se a taxa esperada de desvio for inaceitavelmente alta, o auditor geralmente decide não executar os testes de controle.
- (D) Para os testes de detalhes, o auditor faz uma avaliação da distorção esperada na população e, se a distorção esperada for alta, pode ser apropriado fazer o exame completo ou utilizar uma amostra maior ao executar os testes de detalhes.
- (E) Os principais métodos para selecionar amostras correspondem ao uso de seleção aleatória, seleção sistemática e seleção ao acaso, e à amostragem de unidade monetária, que é um tipo de seleção com base em valores, na qual o tamanho, a escolha e a avaliação da amostra resultam em uma conclusão em valores monetários.

QUESTÃO 31

A relevância, em auditoria, trata da ligação lógica ou da influência sobre a finalidade do procedimento de auditoria e, quando apropriado, sobre a afirmação em consideração. Afirmações são declarações da administração, explícitas ou não, incorporadas às demonstrações contábeis, utilizadas pelo auditor para considerar os diferentes tipos de distorções potenciais que possam ocorrer.

Acerca das afirmações da administração sobre saldos das contas no fim do período, é correto afirmar que, na de

- (A) corte, as transações e os eventos foram registrados nas contas corretas.
- (B) direitos e obrigações, a entidade detém ou controla os direitos sobre ativos, enquanto os passivos são obrigações de outras entidades.
- (C) existência, todos os ativos, os passivos e o patrimônio líquido que deveriam ser registrados foram totalmente registrados.
- (D) integridade, os ativos, os passivos e os elementos do patrimônio líquido efetivamente existem.
- (E) valorização e alocação, os ativos, os passivos e o patrimônio líquido estão incluídos nas demonstrações contábeis nos valores apropriados e quaisquer ajustes resultantes de valorização e alocação estão adequadamente registrados.

QUESTÃO 32

O auditor deve obter entendimento do controle interno relevante para a auditoria da entidade sob verificação. Considerando os componentes do controle interno avaliados pelo auditor, é correto afirmar que o ambiente de controle abrange o(s) seguinte(s) elemento(s):

- (A) comunicação e aplicação de integridade e valores éticos, participação dos responsáveis pela governança e filosofia e estilo operacional da administração.
- (B) consideração se os controles estão operando conforme o pretendido e que sejam adequadamente modificados para atender às mudanças de condições, incluindo atividades como revisão pela administração para determinar se as conciliações bancárias estão sendo elaboradas.
- (C) revisões de desempenho real *versus* previsões, segregação de funções, e controle físico de acesso a ativos somente por pessoas autorizadas.
- (D) fornecimento de entendimento de funções e responsabilidades individuais próprias do controle interno sobre as demonstrações contábeis, podendo assumir as formas de manuais de políticas, manuais de relatórios contábeis e financeiros e memorandos.
- (E) controles de aplicativos, que estão relacionados ao processamento de aplicativos individuais, e controles gerais de Tecnologia de Informação, que são políticas e procedimentos que se relacionam com muitos aplicativos e sustentam o funcionamento efetivo dos controles de aplicativos.

QUESTÃO 33

Em um grupo de sociedades no qual o auditor independente examina as demonstrações contábeis da sociedade controladora, mas os exames de auditoria das controladas são conduzidos por outros auditores independentes, o auditor independente da controladora deve

- (A) emitir relatório/parecer com abstenção de opinião.
- (B) emitir relatório/parecer com parágrafo de ênfase.
- (C) exigir que as demonstrações das controladas sejam também por ele auditadas.
- (D) evidenciar esse fato em seu relatório/parecer.
- (E) ressaltar seu relatório/parecer.

QUESTÃO 34

Durante todas as fases do trabalho de auditoria, o auditor dedica-se a obter as evidências necessárias à formulação de sua opinião sobre a fidelidade das demonstrações contábeis sob exame, aplicando testes e procedimentos para alcançar os objetivos da auditoria. Com relação a esse tema, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor independente obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- (B) Os testes substantivos visam a obter evidência dos controles e dos sistemas de informações.
- (C) Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- (D) Os testes substantivos buscam a obtenção de evidência quanto à suficiência, à exatidão e à validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade.
- (E) Os testes de detalhe de saldos focalizam a obtenção de evidência diretamente sobre o saldo da conta, não sobre os débitos e os créditos individuais que o compõem, sobre os quais se aplica o teste de transações.

QUESTÃO 35

Em uma auditoria de demonstrações contábeis, e como resultado da circularização de advogados, o auditor independente identificou a existência de contingências passivas, avaliadas como de provável insucesso para a entidade, cujos valores foram considerados relevantes e para os quais não foram constituídas provisões. O auditor independente deve, então, emitir relatório/parecer

- (A) adverso.
- (B) sem ressalva.
- (C) com ressalva.
- (D) com abstenção de opinião.
- (E) com parágrafo de ênfase.

QUESTÃO 36

O planejamento da auditoria pressupõe adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores econômicos, a legislação aplicável e as práticas operacionais da entidade a ser auditada, bem como o nível de competência da administração. Em relação ao tema, assinale a opção que apresenta procedimento que NÃO faz parte do planejamento de um trabalho de auditoria.

- (A) Análise da uniformidade dos procedimentos contábeis.
- (B) Avaliação dos riscos de auditoria.
- (C) Definição dos objetivos do relatório do trabalho, de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.
- (D) Revisão dos papéis, quando os trabalhos de auditoria tiverem sido executados por outro auditor independente.
- (E) Levantamento e certificação dos controles internos e dos sistemas contábeis.

QUESTÃO 37

Eventos subsequentes são aqueles ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório/ parecer do auditor independente, que chegaram ao conhecimento desse auditor após a data do seu relatório. Alguns desses eventos (1) existiam na data de fechamento das demonstrações contábeis e afetam as estimativas e os valores lançados nas demonstrações; outros eventos (2) fornecem evidências sobre condições que não existiam na data de fechamento das demonstrações, por terem surgido posteriormente. Os eventos do tipo 1 exigem ajustes nas demonstrações contábeis; os do tipo 2 exigem apenas divulgação em notas explicativas.

Considerando o exposto, assinale a opção que apresenta evento do tipo 1.

- (A) A falência de um cliente com saldo em contas a receber e para o qual não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, apesar de alguns atrasos no pagamento tidos por situação passageira.
- (B) A falência de um cliente com saldo em contas a receber e para o qual não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, mas que foi considerado, à época, como tendo sólida situação financeira.
- (C) Aquisição de uma empresa, cuja negociação já ocorria na data de fechamento do balanço, mas sem a assinatura de qualquer acordo ou contrato até então.
- (D) Emissão de ações ordinárias e preferenciais.
- (E) Perdas causadas por inundação no mês seguinte ao de fechamento das demonstrações contábeis.

QUESTÃO 40

A Companhia MMX é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como objeto social a atuação nas áreas de extração, beneficiamento e venda de minério de ferro e gusa, além de pesquisa e desenvolvimento mineral. Ela divulgou os seguintes dados no ativo não circulante relativos ao 3.º trimestre de 2009, destacados em suas notas explicativas:

Ativo não circulante intangíveis (em R\$1.000,00)

Item	Controladora		Consolidado	
	30/9/2009	30/6/2009	30/9/2009	30/6/2009
Ágio na aquisição de controladas	-	-	589.558	589.558
Amortização de ágios na aquisição de controladas	-	-	(57.453)	(57.453)
Direitos minerários	600	600	402.406	409.717
Provisão para recuperabilidade de ativo*	(600)	(600)	(600)	(600)
Custo para retirada de ativos e reflorestamento	-	-	3.087	3.114
	-	-	936.998	944.336

*Refere-se a adiantamento para aquisição de direitos minerários localizados no Estado da Paraíba em 18 de maio de 2007, pelo montante de R\$600 mil. Foi constituída provisão para perda desse direito, tendo em vista a intenção da Companhia de desistir desta opção.

Ao auditar essa demonstração contábil, especificamente a provisão para recuperabilidade acima descrita, o auditor deve considerar os riscos significativos, muitas vezes relacionados com transações não rotineiras ou questões de julgamento, podendo incluir a verificação de estimativas contábeis para as quais há incerteza de mensuração significativa. Assim, para obter evidência da razoabilidade da provisão descrita, o auditor pode utilizar as abordagens a seguir, EXCETO:

- (A) determinar o estorno da provisão no valor de R\$600 mil em contrapartida à despesa com provisão, tendo em vista ser vetada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.
- (B) realizar procedimentos para revisar e testar o processo que a administração utiliza para calcular o valor da estimativa como sendo de R\$600 mil.
- (C) preparar sua própria expectativa da estimativa, como procedimento de revisão analítica, para avaliar a razoabilidade e a coerência das pressuposições da administração para o valor de R\$600 mil.
- (D) revisar transações e eventos subsequentes que ocorreram antes da conclusão da auditoria referente à estimativa da provisão.
- (E) recalcular as estimativas feitas pela MMX para chegar ao valor de R\$600 mil.

QUESTÃO 38

Assinale a opção que NÃO corresponde a um procedimento de auditoria que pode ser utilizado na revisão e no teste do processo usado pela entidade auditada para realizar estimativas contábeis.

- (A) Avaliação dos dados e consideração dos pressupostos em que a estimativa se baseia.
- (B) Confirmação formal e direta dos saldos de contas a receber de clientes.
- (C) Consideração dos procedimentos de aprovação da administração e evidenciação em documentação suporte da estimativa.
- (D) Comparação de estimativas feitas em períodos anteriores com resultados reais desse período.
- (E) Conferência do cálculo dos valores lançados nas estimativas em comparação com os dados e pressupostos utilizados.

QUESTÃO 39

Entre as afirmações da administração consideradas pelo auditor para avaliar os diferentes tipos de distorções potenciais que possam ocorrer, temos a de que as transações e os eventos foram registrados no período de corte, ou seja, no período contábil correto. Na auditoria do ciclo de receitas, ao fazer a revisão do corte de vendas (também conhecida como de *cut-off*), a ocorrência que o auditor mais provavelmente detectaria seria a de

- (A) ativos existentes na data de encerramento das demonstrações, realizados no período subsequente por valores diferentes dos registrados.
- (B) concessão excessiva de descontos de vendas, acima do permitido pela política comercial da empresa auditada.
- (C) desvio de contas a receber no fim do ano.
- (D) recebimento não autorizado de mercadorias devolvidas.
- (E) vendas não contabilizadas no ano.

PROVA DISCURSIVA

Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a Folha de Texto Definitivo, no local apropriado, respeitando o limite máximo de 30 linhas. Qualquer fragmento escrito além desse limite será desconsiderado. A prova discursiva deverá ser feita à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta.

A Folha de Texto Definitivo é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo. Na Folha de Texto Definitivo, identifique-se apenas no local apropriado.

Depois de quase dois anos sem divulgar números oficiais, a Gradiente publicou na quinta-feira seus balanços referentes aos exercícios de 2007 e 2008. Os dados apontam prejuízos de R\$289,9 milhões e R\$156,8 milhões, respectivamente. Essas perdas contribuíram para que a companhia fechasse dezembro de 2008 com um passivo a descoberto de R\$438,6 milhões. A empresa promete divulgar os balanços trimestrais de 2009 até o fim de janeiro deste ano.

Apesar de finalmente a Gradiente ter divulgado os documentos, que foram prometidos por diversas vezes, não é possível ter segurança sobre as informações. Isso porque o parecer do auditor independente referente ao último exercício tem 15 parágrafos, quando um documento considerado "limpo" costuma ter 4.

Assinado por Sandro Casagrande, diretor da BC Control Auditores Independentes, o parecer informa que houve limitação de escopo para que ele pudesse opinar sobre diversas contas do balanço patrimonial da companhia. Há dúvidas de todos os lados, seja sobre caixa e contas a receber, seja sobre o passivo contingente ou o ativo imobilizado. Há ainda um parágrafo de ênfase que fala do risco de descontinuidade da companhia e que isso não está refletido nos números apresentados.

Procurada pelo Valor, a Gradiente disse que não diria nada além do que está nos seus demonstrativos financeiros. Casagrande, diretor da BC Control, disse que não comentaria o caso, conforme entendimento com a companhia.

No início de setembro de 2009, o superintendente de normas contábeis e de auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Antonio Carlos de Santana, divulgou um alerta aos auditores, de forma geral, sobre os pareceres que vinham emitindo. O órgão regulador disse que dedicaria especial atenção para os documentos que vão acompanhar os balanços fechados em 2009, para que não se repitam os problemas identificados nos pareceres dos demonstrativos de 2008.

O ofício da CVM indica que os auditores não têm sido tão rigorosos com as empresas como o órgão regulador acha que eles deveriam ser. E o xerife do mercado aproveitou para lembrar que o eventual descumprimento de suas funções por parte dos auditores é passível de abertura de processo administrativo sancionador (PAS), que pode gerar penalidades.

Um dos pontos mencionados no documento é justamente o caso em que há limitação significativa de escopo, em que a CVM considera que o auditor deveria se abster de dar opinião sobre o balanço. "Ocorreram casos em que tais limitações são relevantes em seu conjunto ou mesmo a existência de uma limitação de escopo específica em que o item não examinado é de tal relevância que não permitiria que o auditor emitisse opinião sobre as demonstrações contábeis objeto da auditoria", diz o texto, que teve como base a análise de uma amostra que não incluiu o balanço da Gradiente.

Conforme a base de dados da CVM, a BC Control tem como clientes entre companhias abertas apenas a Gradiente e a Estrela. O parecer sobre o balanço de 2008 da fabricante de brinquedos segue o mesmo padrão, tendo um total de 18 parágrafos, mas com opinião favorável do auditor.

Caderno Eu & Investimentos. In: **Valor Econômico**. 6/1/2010 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o tema tratado na reportagem acima, redija um texto dissertativo a respeito da utilidade dos relatórios/pareceres dos auditores independentes para a decisão de investimento e para o mercado em geral. Considerando, ainda, a necessidade de auditoria nas demonstrações contábeis, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- I – conflito de interesses – os usuários de demonstrações contábeis teriam o temor de que, sem a auditoria, as demonstrações contábeis poderiam estar intencionalmente tendenciosas em favor da administração;
- II – consequência – demonstrações contábeis auditadas representam importante fonte de informação para a tomada de decisões sobre investimentos;
- III – complexidade – com o aumento da complexidade da contabilidade e do processo de elaboração das demonstrações contábeis, crescem também os riscos de distorções e erros não intencionais;
- IV – distância – a separação física, o tempo disponível e o custo tornam impraticável o acesso direto aos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	